



**COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA DESTINADA A FAZER  
LEVANTAMENTO IN LOCO BEM COMO ACOMPANHAR E FISCALIZAR  
OS FATOS RELATIVOS AO CANCELAMENTO DA CONSTRUÇÃO DAS  
REFINARIAS PREMIUM I E PREMIUM II, RESPECTIVAMENTE NOS  
ESTADOS DO MARANHÃO E DO CEARÁ**

**R E Q U E R I M E N T O Nº / 2015.**

**(Do Sr. Raimundo Gomes de Matos)**

Requer a realização de Audiência Pública para conhecer as ações que estão sendo desenvolvidas no Estado do Ceará, com relação ao cancelamento da construção da refinaria Premium II.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada reunião de Audiência Pública, nesta Comissão, com representantes da ADECE – Agencia de Desenvolvimento do Estado do Ceará, OAB, secção Ceará e Ministério Público do Estado do Ceará, para conhecer as ações desenvolvidas por estes órgãos com relação ao cancelamento das obras da Refinaria Premium II, localizada em São Gonçalo do Amarante (CE), dentro do complexo portuário do Pecém.

**JUSTIFICAÇÃO**

Apesar dos compromissos formais existentes entre os governos, federal e do Estado do Ceará, a decisão da Petrobras significa uma verdadeira provocação ao povo cearense, pois, sua implantação constituiria, sem dúvidas, um fator de estímulo significativo ao desenvolvimento local e regional. O cancelamento do projeto da refinaria cearense gerou prejuízos não somente para o Ceará, mas também para a própria Petrobras.



CAMARA FEDERAL

**COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA DESTINADA A FAZER  
LEVANTAMENTO IN LOCO BEM COMO ACOMPANHAR E FISCALIZAR  
OS FATOS RELATIVOS AO CANCELAMENTO DA CONSTRUÇÃO DAS  
REFINARIAS PREMIUM I E PREMIUM II, RESPECTIVAMENTE NOS  
ESTADOS DO MARANHÃO E DO CEARÁ**

A Petrobras informou através no seu último balanço do terceiro trimestre de 2014 a desistência da construção da refinaria Premium II, no estado do Ceará, a decisão foi tomada no dia 22 de janeiro e anunciada no dia 28. Essa ação joga uma "pá de areia" em um sonho acalentado pelos cearenses e anunciado pela classe política há mais de 40 anos .

A não realização deste projeto compromete o planejamento estratégico do estado do Ceará, cabendo assim conhecer do órgão responsável pelo desenvolvimento do projeto no estado, bem como das instituições de defesa do cidadão e do Estado.

Desta forma justificamos a realização desta audiência pública, que vem fortalecer os objetivos de conhecer a atual e real situação e todos os atos e fatos relativos ao cancelamento desta obra.

Sala das Sessões, em                      de março de 2015.

***Raimundo Gomes de Matos***  
Deputado Federal- PSDB/CE